

UMA INTERPRETAÇÃO DO TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL À LUZ DO BEHAVIORISMO RADICAL

Camila Leal Martines*

Carolina Laurenti

Introdução

Corpo, uma construção histórica

Para examinar a concepção de corpo é indispensável fazê-lo a partir de uma perspectiva histórica entendendo-o não como estático ou atemporal, mas como mutável no decorrer da história das culturas. Ao longo do tempo, diferentes funções foram designadas a ele no imaginário ocidental, conferindo ao corpo uma história (Goff & Truong, 2006).

Ainda na antiguidade, a filosofia platônica introduziu a dicotomia entre mente e corpo, caracterizada pela degradação do corpo em relação à mente. Assim, a vaidade, descrita por Ghiraldelli (2007) como o cuidado a si mesmo (p. 9), se assentava no exercício das funções mentais, como reflexão, consciência crítica e retórica. Tal acepção de vaidade seguia uma concepção de identidade centrada na mente, o *self* era o comandava as ações do corpo. Dessa doutrina filosófica deriva o pensamento medieval, o contraste entre mente e corpo era marcado pelo incentivo do domínio mental sobre o corpo corruptível mediante a fé (Ghiraldelli, 2007; Goff & Truong, 2006).

No entanto, o avanço do conhecimento científico, a partir do século XVI, oferece perigo às tradições medievais em vigor. A postulação das ciências naturais, sobretudo do conhecimento acerca do funcionamento biológico do corpo, desperta a preocupação com a preservação da vida terrena. Com efeito, o corpo desprezível e subjulgado à mente dá lugar a um corpo valorizado e carente de cuidados. Tal transição na perspectiva de corpo caracteriza o renascimento (Gélis, 2010). Nesse momento, o corpo é reposicionado no ideário ocidental, partindo de desprezível a protegido, de subjulgado à mente a condição primeira para sua existência. Ocorre uma simbiose entre corpo e pessoa, entre ser pensante e corpo físico, o que caracteriza a contemporaneidade (Arasse, 2010).

Antes entendida como cuidado com o intelecto, a vaidade passa a designar o cuidado com o próprio corpo. Esse agora constitui o próprio eu, em que mente e corpo são

identificados, sendo a mente parte constituinte do corpo, mais precisamente, do cérebro. Nesse sentido, o corpo exerce uma função dupla de máquina bioquímica e de *self*, de autômato somado ao “eu”. Tudo passa a ser visual nessa sociedade imperada pelo corpo, sendo ele mesmo o protagonista (Ghiraldelli, 2007).

Os avanços científico, tecnológico, midiático e de comunicação, se mantêm para garantir o interesse da sociedade em promover a extensão da vida, o cuidado com o corpo e a sua manutenção como jovem e sadio (Arasse, 2010).

O Transtorno dismórfico corporal

A centralidade do corpo na contemporaneidade contribui para noções estereotipadas de beleza, bem como para uma preocupação exacerbada com o próprio corpo. Essa relação entre corpo e belo pode gerar confusão entre a expectativa de perfeição física e felicidade, promovendo uma busca desenfreada pelo ideal de beleza. Tal atenção pode se tornar tão excessiva a ponto de promover o desenvolvimento de transtornos ligados à percepção do próprio corpo, entre eles o transtorno dismórfico corporal (Ramos, 2004).

O transtorno dismórfico corporal (TDC) é descrito pelo DSM-IV como uma preocupação exacerbada com um defeito imaginado na aparência de uma ou mais partes específicas do corpo, de modo que essa preocupação delineie, de forma prejudicial, a relação desse indivíduo com os outros de seus círculos social e ocupacional. Ademais, o DSM-IV entende o TDC como transtorno crônico e perigoso, podendo persistir por anos. Apesar da proximidade entre o TDC e a bulimia e a anorexia, eles apresentam diferenças marcantes. Enquanto a bulimia e a anorexia referem-se a uma percepção do corpo como um todo, o transtorno dismórfico corporal é descrito pela atenção desmedida a partes específicas do corpo, como nariz e orelhas (APA, 2010; Moriyama, 2007; Ramos, 2004).

A sintomatologia do transtorno dismórfico corporal é caracterizada pela esquivia social, preocupação frequente com o defeito em ambientes públicos e pela tentativa de camuflagem dele. Ademais, destaca-se a procura excessiva por intervenções estéticas, a busca ou fuga de espelhos, a comparação extensiva com a aparência de terceiros, e o pedido de reafirmação de outras pessoas da existência do defeito (Moriyama, 2007).

Estudos identificaram os seguintes aspectos comuns na história de vida desses indivíduos: educação rígida; criação superprotetora; baixo repertório social na fase escolar; ambientes familiares que deem maior ênfase a conceitos estereotipados de beleza; contextos familiares de comentários e comparações constantes de terceiros em relação à aparência externa do indivíduo, bem como a ocorrência de acidentes traumáticos que deixaram marcas físicas (Moriyama, 2007).

O TDC se insere, sobretudo, no contexto dos tratamentos estéticos. O indivíduo pode apresentar grandes expectativas quanto ao resultado desses procedimentos; expectativas estas que, em sua maioria, são improváveis de se concretizarem. Essa condição pode acarretar grande sofrimento a essas pessoas. Além disso, as pessoas com TDC podem, inclusive, prejudicar os profissionais dessa área por meio de complicações de caso e processos judiciais. Não obstante, a incidência desse transtorno é atual e crescente, sendo de 0,7% a 2,2% da população humana, e de 6% a 15% dos clientes de procedimentos estéticos cirúrgicos. Em contradição, o TDC ainda é pouco conhecido, tanto no campo do senso comum quanto no científico (Moriyama, 2003; Ramos, 2004).

No âmbito analítico-comportamental, o estudo do transtorno dismórfico corporal conta ainda com um número restrito de publicações, que estão atentas, sobretudo, às questões de diagnóstico e intervenção, à investigação de aspectos comuns da história de vida desses indivíduos que possam ter relevância no desenvolvimento do TDC. As discussões teóricas quanto ao TDC estão restritas a traduções das categorias psiquiátricas em termos analítico-comportamentais, com o intuito de adequar essas categorias à ciência do comportamento. Não obstante, essa tradução pode acarretar eventuais inconsistências com a filosofia da análise do comportamento, o comportamentalismo radical, quando não acompanhada de uma reflexão teórico-filosófica dessas categorias.

Com efeito, entende-se que as proposições nosográficas estão pautadas em visões de homem e de mundo que podem se opor aos pressupostos filosóficos do comportamentalismo radical. A proposta tradicional destaca a existência de um defeito imaginado na aparência de partes do corpo do indivíduo acometido com TDC. Essa percepção fragmentada do próprio corpo traria, então, sofrimento e prejuízo às tarefas cotidianas do sujeito. Não obstante, o uso da expressão “defeito imaginado na aparência” possibilita interpretações realistas dos

conceitos de corpo, percepção e do transtorno dismórfico corporal. Essa definição sugere a existência de uma percepção equivocada em oposição a uma percepção real, ou ainda, a um corpo real e outro imaginário. Uma interpretação nesse sentido acompanha a assimetria entre realidade e experiência, o que é incompatível com os compromissos filosóficos do comportamentalismo radical.

Em uma análise skinneriana a percepção é examinada por meio da análise funcional do comportamento, em que o real é tudo aquilo que é funcional à pessoa. Nessa medida, não haveria uma realidade pronta a ser percebida pelo sujeito, ou a apreensão fragmentada dessa realidade a partir de cópias mentais. O que existe é o mundo da experiência, e mesmo havendo um mundo físico independente do percebedor, este interage com ele apenas a partir de uma relação indissociável entre homem e mundo, construída historicamente, ou seja, mediante uma história de reforçamento. Em última instância, uma discussão comportamentalista radical poderia reescrever a relação da ciência do comportamento com esse transtorno.

Objetivos

Este trabalho sondou a possibilidade de compreender o transtorno dismórfico corporal circunscrito ao campo das relações comportamentais, mediante o exame dos conceitos de corpo e percepção no comportamentalismo radical.

Método

Para realização desta pesquisa, de natureza conceitual, foram analisados textos skinnerianos, de comentadores e outros textos científicos referentes aos conceitos de corpo, percepção e transtorno dismórfico corporal. O trabalho foi dividido em três etapas, sendo elas: (i) exame do conceito de corpo na literatura filosófica; (ii) análise dos conceitos de corpo e percepção no comportamentalismo radical; (iii) proposição de uma interpretação do transtorno dismórfico corporal à luz do comportamentalismo radical.

Foi utilizado o método de análise conceitual-estrutural de textos de Laurenti e Lopes (2010) para interpretação do material bibliográfico. Esse método apresenta cinco passos,

sendo eles: levantamento dos principais conceitos ou categorias do texto; caracterização das teses do texto; delineamento de esquemas; elaboração de resumos; e redação de um intertexto.

O primeiro passo consiste em encontrar os principais conceitos e suas definições no texto examinado. Quando não encontradas as definições, elas podem ser procuradas em outros textos do autor. O segundo passo examina o posicionamento do autor perante os principais conceitos trabalhados a partir do levantamento das teses presentes no texto. O passo seguinte consiste em postular a relação entre as teses tradicionais e alternativas a partir de diagramas. O próximo passo propõe a elaboração de resumos com base na etapa anterior. E o último passo prevê a redação de um texto que relacione todos os resumos produzidos ao longo da pesquisa para responder à sua problemática.

Discussão

A percepção em uma perspectiva comportamentalista radical

As doutrinas filosóficas tradicionais da percepção podem ser entendidas, basicamente, a partir de dois vieses, do percebedor e do recebedor, ambos criticados por Skinner (1974). O viés do percebedor será aqui representado pela teoria da cópia, que subsidia a percepção do mundo com base na captura de cópias mentais de fragmentos desse mundo. Desse modo, nosso contato com o meio é mediado por uma cópia mental, constituída e armazenada internamente, sendo assim, nunca veríamos o mundo como ele realmente é; nunca veríamos o próprio mundo. A teoria da cópia instaura, assim, uma dicotomia entre experiência e realidade (Lopes, 2006; Skinner, 1994).

“Mas não existem imagens no sentido de cópias privadas; o que existe é comportamento perceptivo...” (Skinner, 1974, p. 75). Com efeito, o comportamentalismo radical não comporta a noção de cópias mentais, mas entende a percepção como comportamento. Dessa perspectiva, a percepção é entendida como ação, explicada no campo comportamental, constituído pelas relações entre indivíduo e ambiente. Portanto, o comportamento perceptivo não pode ser contemplado pela Análise do Comportamento por meio de uma concepção idealista, na qual o mundo é entendido em termos das cópias ou representações dele criadas e armazenadas pelo percebedor (Lopes, 2006; Skinner, 1974).

O viés do receptor é apresentado por Skinner (1974) com base no comportamentalismo estímulo-resposta. Nele o ambiente real e imutável penetra o corpo, é ali transformado, e talvez armazenado, surgindo eventualmente como resposta. Essa proposta difere da teoria da cópia apenas quando dá ênfase à ação do meio ao invés do destaque do organismo, se aproximando mais do realismo que do idealismo (Lopes, 2006).

As noções perceptivas do percebido e do receptor se diferenciam no sentido de que, nesta última, o ambiente é a causa da percepção, sendo o indivíduo passivo nesse processo; já na primeira o indivíduo tem prerrogativa sobre o ambiente no processo perceptivo, já que capta o mundo produzindo cópias mentais. Não obstante, nos dois casos, a percepção é compreendida de forma unilateral, ora tendo o ambiente como iniciador, ora o percebido como tal, contribuindo para noções realistas e idealistas de mundo. Essas doutrinas contribuem para a dicotomia entre experiência *versus* realidade, entendendo que são incompatíveis.

Na perspectiva comportamentalista radical, contudo, o comportamento não se limita ao estímulo antecedente, a presença deste último apenas aumenta a probabilidade de uma dada resposta ser emitida devido à história de reforçamento. Estímulos não são armazenados dentro do organismo, este é apenas modificado por eles de modo que, em contingências similares, aumenta-se a probabilidade de o organismo vir a se comportar de modo parecido. Nesse sentido, a percepção é entendida por meio de uma análise funcional, por meio do exame das contingências.

Conforme Lopes (2006), um exame funcional do comportamento relaciona as respostas a estímulos e consequências, situados na história da relação entre organismo e ambiente. Sendo assim, uma resposta pode ser entendida em relação aos estímulos e consequências ligados a ela por meio de uma história ambiental. O organismo é sensível às consequências de seu comportamento, o que o modifica no sentido de se comportar em função dessa relação entre estímulo, resposta e consequência. A análise de uma resposta isolada é apenas descritiva, no entanto, podemos analisar funcionalmente um conjunto de respostas que podem ser agrupadas em certo padrão funcional, ou seja, de mesma função. Essa análise nos apresenta a resposta como resposta em relação a um estímulo, e reciprocamente, o que impossibilita a priorização do estímulo sobre a resposta, ou da resposta sobre o estímulo, o

que se afasta de noções realistas ou idealistas de percepção. Desse modo, a percepção é compreendida a partir de um relacionismo, da relação indissociável e bilateral entre homem e mundo (Lopes, 2006).

Ademais, a experiência visual, por exemplo, implica na ação de ver, e não na coisa vista. Por isso podemos ver um objeto mesmo quando ele não está presente, porque ver nada mais é do que ver introspectivamente o próprio ato de ver (Lopes, 2006; Skinner, 1969, 1974). De mesmo modo, para Skinner (1974) o ambiente não penetra o organismo sob a forma de uma cópia de um mundo externo, mas permanece sempre fora dele, agindo antes e depois dele agir. “Temos já de início uma relação entre organismo e ambiente, e com isso resposta, e estímulo, são constituídos a partir da relação” (Lopes, 2006, p. 68). É nessa relação indissociável entre ambiente e organismo que se dá o comportamento perceptivo.

No limite, o comportamentalismo radical concebe o conceito de percepção longe do dualismo experiência *versus* realidade. A percepção é entendida em termos de comportamento, de uma concepção relacional da experiência, se afastando da dicotomia entre externo e interno.

O corpo em uma perspectiva comportamentalista radical

Skinner concebe o comportamentalismo radical ao largo do dualismo mente-corpo, ao impugnar o mentalismo. Nessa doutrina a mente se apresenta como substância incorpórea e imortal, dominante sobre as ações do corpo. Em contraste, a mente comportamentalista radical é entendida em termos comportamentais. Com efeito, a mente não pode ser descrita com base em uma perspectiva substancialista, mas em termos de processos comportamentais. Ela também não pode ser reduzida ao cérebro, o que acaba apenas por instaurar nova dicotomia. Não é o cérebro que se relaciona com o ambiente, mas a pessoa, e é ela que faz as coisas, que percebe e sente, e não uma mente interior. Nesse caso, não há registro mental das contingências, elas apenas modificam a pessoa de forma que controlem respostas perceptivas específicas (Lopes & Abib, 2003; Skinner, 1974).

Todavia, a literatura analítico-comportamental parece oferecer mais trabalhos quanto à questão de mente em comparação com aqueles que se dedicam à problemática do corpo. Não obstante, é possível investigar o que alguns analistas do comportamento vêm discutindo em

relação ao corpo, no sentido de tentar posicionar o comportamentalismo radical quanto a esse conceito.

A exposição skinneriana junto ao corpo parece inacabada na medida em que Skinner (1974, 1989) concentra seus esforços mais sobre o conceito de organismo em relação ao de corpo. Em alguns momentos, esses termos parecem intercambiáveis, como em: “o ambiente permanece onde está e onde sempre esteve - fora do corpo... O ambiente afeta um organismo antes, assim como depois de ele responder” (Skinner, 1974, p. 81). Já em outros momentos o autor pronuncia-se de forma mais direta sobre esses conceitos: “um organismo é mais que um corpo; ele é um corpo que faz coisas. Tanto órgão e organismo são etimologicamente relacionados ao trabalho. O organismo é o executor” (p. 28). Ainda assim, é improvável definir os limites entre esses dois termos, já que o autor parece não se pronunciar inequivocamente a respeito disso, deixando algumas lacunas quanto a essa análise.

Abib (2001a) vai além nessa discussão ao defender um corpo constituído, em sua gênese, como máquina biológica e ação filogenética. No entanto, na relação indissociável deste corpo primitivo com o mundo, contingências ontogenéticas e culturais vão constituindo o corpo como ação ontogenética e cultural, em um corpo mais complexo. E esse corpo ontogenético é matéria da análise do comportamento. Com efeito, Abib (2001a) concebe uma concepção comportamentalista radical de corpo a partir de um relacionismo, no qual prioriza, não o corpo físico, mas o corpo psicológico. Todavia, parece que aqui o autor dá privilégio ao exame do corpo, sendo difícil compreender o limite proposto por ele entre corpo e organismo.

Para Lopes (2006), apesar da relação de interdependência entre eles, corpo e organismo não podem ser confundidos. O autor parte do comportamento para explicar a noção de organismo, examinando a relação comportamental primordial, a relação entre organismo e ambiente. Assim, o organismo seria uma organização sensório-motora, constituído de uma face fisiológica e de outra comportamental. Ele age, se comporta, em relação ao ambiente. Contudo, esse organismo é constituído de estruturas fisiológicas, órgãos e sistemas, e ele responde a essas atividades, assim como responde ao ambiente, ou seja, se comporta em relação às estruturas fisiológicas na medida em que elas se identificam com parte do ambiente (Lopes, 2006). Nessa medida, haveria as atividades fisiológicas decorrentes

do organismo, e as respostas a essas atividades, o comportamento. E essa faceta comportamental do organismo seria objeto da Psicologia.

Quanto ao corpo, Lopes (2006) dirá: “o conceito de corpo é legitimamente comportamental, e constitui o limite de uma explicação comportamental” (Lopes, 2006, p. 107). Assim, o autor o constitui como atividade do organismo percebida e sentida (p. 107). Diferentes estímulos agem sobre esse corpo, ao mesmo tempo, e no mesmo lugar, formando o todo razoavelmente coeso que é o corpo (Lopes, 2006). No limite, o organismo responde às atividades fisiológicas, e o corpo percebe-sente a ação do organismo. Entendendo que perceber é agir e agir é perceber, e que perceber-sentir é comportamento, o corpo se comporta, e se constitui como comportamento, como fenômeno psicológico (Lopes, 2006).

Por conseguinte, o conceito de corpo é passível de exame pelo comportamentalismo radical, ao passo que se constitui no campo dos fenômenos psicológicos, e, assim, do comportamento. Na perspectiva do comportamentalismo radical, o corpo é compreendido dentro do campo comportamental, por meio da história da relação entre organismo e ambiente, que constitui o corpo como repertório filogenético, ontogenético e cultural. O corpo, nesse sentido, não é algo físico, real e imutável, passando ao largo do realismo, mas se transforma a partir dessa relação com o meio. Igualmente, a concepção comportamentalista radical de corpo não se compromete com o idealismo, ao desconsiderar a existência de um corpo internalizado a partir de um processo perceptivo em que se privilegia o percebedor. No limite, o corpo constitui uma relação primordial entre organismo e ambiente, construído a partir de uma história de reforçamento, o que supera o dualismo experiência *versus* realidade.

Uma interpretação comportamentalista radical do transtorno dismórfico corporal

Os analistas do comportamento têm partido de uma tradução das preposições psiquiátricas do TDC em termos analítico-comportamentais. Essa tradução opera no sentido de promover um exame analítico-comportamental do TDC coerente com a ciência do comportamento. Ademais, o uso dessa definição parece importante no diálogo com outras disciplinas, como a medicina.

Contudo, a Análise do Comportamento se assenta em pressupostos filosóficos próprios, constituídos por sua filosofia, o comportamentalismo radical. Essa doutrina apresenta uma visão de mundo e de homem, como proposto por Skinner (1974). Outras disciplinas, como a psiquiatria, também apresentam pressupostos particulares, que podem ser incompatíveis com a filosofia da ciência do comportamento. Nesse sentido, a tradução de descrições nosográficas, quando não acompanhada de uma discussão filosófica, pode acarretar na importação, pelos analistas do comportamento, de pressupostos inconsistentes com a filosofia dessa ciência.

Com efeito, é importante que se busque compreender a visão de mundo que embasa a descrição tradicional do TDC e como o comportamentalismo radical se posiciona perante isso. Ademais, é indispensável que os conceitos envolvidos na compreensão teórico-filosófica do transtorno dismórfico corporal sejam examinados no campo comportamental. Este trabalho parte de uma perspectiva relacional, distante de noções realistas ou idealistas, para examinar aquilo que denominamos como transtorno dismórfico corporal.

Em uma perspectiva relacional, não há corpo real esperando para ser acessado pelo indivíduo; tampouco a pessoa que percebe de modo arbitrário seu corpo em sua experiência com ele. O que existe é um corpo, e uma percepção dele, constituídos em uma história de reforçamento que garantiu funções a essa dada relação entre corpo e percepção, mas que, dado algumas contingências particulares da história ambiental desse indivíduo, essa relação tornou-se prejudicial à inclusão deste em sua comunidade. Cai por terra a importância de existir ou não um defeito físico, tanto quanto de uma percepção certa ou errada. O comportamentalismo radical parte sempre de uma análise funcional do comportamento, nesse sentido, a realidade é tudo aquilo que é funcional, em que não se privilegia nem realidade, nem experiência, mas a relação entre ambas (Skinner, 1974).

O distanciamento da assimetria entre realidade e experiência corrobora para uma análise do TDC distante dos moldes médicos de intervenção curativa, resgatando a importância de resguardar a realidade do lado do cliente, da história de reforçamento dele, e não do terapeuta, ou de como ele percebe o corpo do cliente. A noção de patologia, aqui, pode ser explicada a partir da restrição do repertório comportamental. No caso do TDC, a restrição do repertório de comportamentos levou ao sofrimento, já que, toda a relação da pessoa com o

mundo passa a ser controlada pela forma como ela percebe seu corpo. Portanto, o terapeuta trabalha para a variação e seleção de comportamentos que modifiquem o controle das contingências sobre o comportamento do sujeito.

Para tanto, o TDC deve ser entendido enquanto classe de comportamentos funcional. Desse modo, a percepção que o indivíduo tem de seu corpo é conferida de uma função na sua história de reforçamento, sendo assim, real na medida em que é funcional. Em contrapartida, algumas contingências ao longo da história dessa pessoa, tais quais equivalência de estímulos e esquia experiencial, restringiram seu repertório comportamental de modo a prejudicar suas relações sociais (Moriyama, 2003, 2007). Com efeito, entende-se que a percepção desse sujeito de partes de seu corpo só se torna um problema quando se constitui como único modo de relação deste com o mundo, ou seja, quando seu repertório comportamental está restrito ao controle dos estímulos ligados à percepção dele de seu corpo.

Em uma perspectiva comportamentalista radical, o transtorno dismórfico corporal extrapola definições categóricas e generalizadoras, inserindo uma análise funcional individual desse transtorno. No limite, seu exame se constitui na relação terapeuta-cliente, sempre pautada na história de reforçamento do cliente.

Alguns desdobramentos

Uma mudança na perspectiva analítico-comportamental do transtorno dismórfico corporal prevê modificações na relação entre o analista do comportamento e seu cliente. Estando a realidade a serviço do cliente, é possível delinear uma intervenção para além de noções curativas, pautadas em posições menos enviesadas, julgadoras ou categóricas. Quando trabalha com a realidade do cliente, o terapeuta distancia-se do perigo da prepotência e do poder em relação ao outro, que se dá em uma relação horizontal com este.

Com efeito, este trabalho contribui para a construção de uma ciência do comportamento mais coesa na interlocução entre teoria, prática e técnica, com base em uma discussão teórico-filosófica que possa contribuir com os estudos já existentes nessa área. É importante saber sobre que visão de mundo e de homem estão assentadas as disciplinas com que a Análise do Comportamento dialoga, e de que forma elas podem influenciar positiva ou

negativamente na constituição de uma ciência do comportamento mais humanizada e comprometida com a sociedade e com as futuras gerações.

No limite, é importante refletir sobre questões de natureza filosófica na medida em que voltar-se para discussões teóricas pode auxiliar no posicionamento das ciências diante das consequências de suas práticas, afastando-as de um exercício descompromissado e descontextualizado perante as carências sociais. A filosofia das ciências, nesse caso específico, a filosofia da análise do comportamento, existe para pautar a técnica e prática analítico-comportamentais em uma perspectiva ética, política e social, e se assim o for, construir-se-á uma ciência mais comprometida com as necessidades da atual sociedade e das futuras gerações.

Conclusões

O transtorno dismórfico corporal (TDC) é entendido tradicionalmente como uma atenção excessiva a um defeito imaginado a uma ou mais partes específicas do corpo, causando grande prejuízo às tarefas diárias do indivíduo (APA, 2010; Moriyama, 2007; Ramos, 2004). O TDC é de incidência atual e crescente, o que vem gerando pesquisas nesse tema, inclusive na análise do comportamento.

Analistas do comportamento têm-se debruçado sobre esse assunto por meio de traduções das categorias nosográficas do transtorno, o que pode acarretar na importação, pela análise do comportamento, de pressupostos inconsistentes com a filosofia dessa ciência, o comportamentalismo radical. O uso da expressão “defeito imaginado” pode abarcar noções realistas de corpo e percepção, o que se oporia a concepções skinnerianas desses conceitos.

Este trabalho teve por objetivo investigar o transtorno dismórfico corporal, bem como os conceitos de corpo e percepção à luz do comportamentalismo radical a fim de contribuir para os estudos já produzidos. Para tanto, partiu-se de uma perspectiva relacional pautada na análise funcional do comportamento.

No comportamentalismo radical, os conceitos de corpo e percepção são concebidos dentro do campo comportamental, e assim, estão em constante construção. Nesse sentido, não existe corpo real ou mental, mas um corpo constituído na relação filogenética, ontogenética e cultural com o mundo. De modo semelhante, a percepção é entendida como comportamento

perceptivo, como resposta controlada por estímulos, e não por cópias mentais, ou por um mundo físico (Lopes & Abib, 2002).

Com efeito, o comportamentalismo radical não se atém à existência ou à inexistência de um defeito físico, mas à análise funcional de uma classe de comportamentos que envolve a percepção de um defeito, e que, apesar de funcional, trouxe prejuízo à vida cotidiana do sujeito. O real é entendido com base no que é funcional, que só se torna problema quando passa a restringir drasticamente a forma como esse indivíduo se relaciona com o mundo, gerando sofrimento.

Essa perspectiva diferenciada do transtorno dismórfico corporal coloca a Análise do Comportamento no centro de uma discussão ética que atenta para além dos resultados imediatos do exercício científico, mas para as consequências sociais e políticas da ciência. Com efeito, a intervenção analítico-comportamental é chamada a estar ao lado dos interesses do cliente, da sociedade, na exata medida em que o real serve a ele e não ao analista do comportamento. O que se propõe aqui é que a discussão filosófica pode modificar o modo como o analista do comportamento compreende o sofrimento psicológico, o que, em última instância, reescreve as contingências que controlam o comportamento científico, transformando a própria ciência do comportamento. Resgata-se, assim, a importância do compromisso filosófico e teórico no delineamento de técnicas de intervenção e de pesquisa, como no caso do transtorno dismórfico corporal, para construção de uma ciência mais coerente com sua filosofia, o comportamentalismo radical.

Referências

Abib, José A. D. (2001a). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. In H. J. Guilhardi et al (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição* (pp. 20-35). Santo André: ESETec Editores Associados.

Abib, José A. D. (2001b). Behaviorismo Radical como pragmatismo na epistemologia. In H. J. Guilhardi et al (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição* (pp. 158-161). Santo André: ESETec Editores Associados.

APA. (2010). *Dicionário de Psicologia*. Porto Alegre: Artmed.

Arasse, D. (2008). A carne, a graça e o sublime. In G. Vigarello (Org.), *História do Corpo: Da renascença às luzes* (L. M. E. Orth, trad.). Petrópolis: Vozes.

Gélis, J. (2008). O corpo, a grace e o sagrado. In G. Vigarello (Org.), *História do Corpo: Da renascença às luzes* (L. M. E. Orth, trad.). Petrópolis: Vozes.

Ghiraldelli JR., P. (2007). *Corpo: Filosofia e educação*. São Paulo: Editora Ática.

Ghiraldelli JR., P. (2008). Platão: a invenção da filosofia e a busca da cidade justa. In *História da filosofia: Dos pré-socráticos a Santo Agostinho* (pp. 63-97). São Paulo: Contexto.

Goff, J. L., & Truong, N. (2006). Prefácio. In *Uma história do corpo na Idade Média* (pp. 9-14). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lopes, C. E., & ABIB, José A. D. (2002). Teoria da percepção no Behaviorismo Radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 129-137.

Lopes, C. E. (2006) *Behaviorismo Radical e subjetividade*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Moriyama, J. de S. (2003). *Transtorno dismórfico corporal sob a perspectiva da Análise do Comportamento*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Moryama, J. de S., & Amaral, V. L. A. R. do. (2007). Transtorno dismórfico corporal sob a perspectiva da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9, 11-25.

Ramos, K. P. (2004). *Transtorno dismórfico corporal: escala para profissionais da área da saúde*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Skinner, B. F. (1969). Behaviorism at fifty. In *Contingencies of reinforcement* (pp. 221-242). New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Appleton-century-crofts.

Skinner, B. F. (1989). The initiating self. In *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 27-33) Merrill Pub. Co.

Skinner, B. F. (2003). Eventos privados em uma ciência natural. In *Ciência e comportamento humano* (pp. 247-271) São Paulo: Martins Fontes.